



IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UM DESAFIO PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Marta de Mello Vanderlei Locks

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como ocorre a implementação do Bilinguismo nas escolas regulares do Estado de Santa Catarina. O tema escolhido para esta pesquisa dá-se pela relevância de avançar nos estudos sobre alfabetização e letramento de alunos surdos em Escolas Bilíngues. Com essa pesquisa foi possível verificar os fundamentos teóricos e sua influência para o atual modelo de educação bilíngue ofertado no Estado de Santa Catarina. Os principais autores que contribuíram com a fundamentação desse trabalho foram: Demo, (1996), Gil, (2008), Miranda, (2001), Perlin, (2000), Quadros, (2003), Skliar, (1998), Soares, (1999), Vigotski, (1994), Wrigley, (1996). Os documentos que trouxeram orientações, diretrizes e parâmetros ao trabalho foram: MEC/SEESP (2003), PCNs (1998), MEC (1997), LDBEN (1996), Declaração dos Direitos Humanos (UNESCO,1954) e Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina (2011). As técnicas para o levantamento de dados foram pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa apresenta o documento Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina, como resultados colhidos nas escolas escolhidas pela Fundação Catarinense de Educação Especial e a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, para participar da Implementação do Bilinguismo no Estado, por serem escolas que oferecem atendimento especializado para alunos surdos na rede regular de ensino e por terem sido atendidas por especialistas que ofereceram durante um ano cursos de formação na área de Libras aos professores e comunidade escolar.

Palavras – chaves: Educação; Surdo; Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

Durante séculos os surdos foram afastados da sociedade e dos direitos, como os de acesso ao trabalho e educação. Eles viviam isolados do convívio social e não tinham amparo legal. Foi somente com luta, determinação e trabalho de muitas pessoas que se passou a incluir esse público. De tal modo, foi possível conquistar o direito à educação e cidadania.

Na primeira parte, falaremos um pouco sobre a educação de surdos no Brasil e mais especificamente em Santa Catarina. Abordaremos o tema da História da Educação de Surdos, as Políticas de Educação que tratam do tema. São mencionadas as três principais filosofias educacionais para surdos: Oralismo, Comunicação Total e o Bilinguismo. Levantam-se concepções de alguns autores como Goldfeld (1997), Quadros (1997), entre outros, e a importância histórica dessas filosofias para educação dos surdos. Esclarecendo que o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo têm sido apresentados de formas diferentes por alguns autores: ora como filosofia, por autores como Quadros (1997), Goldfeld (1997), ora como método Soares (1999), ora como abordagem Skliar (1998).

Na segunda parte, apresentaremos o documento que gerou esta pesquisa A Implementação do Bilinguismo nas Escolas de Ensino Regular. Ainda neste capítulo abordaremos os aspectos legais e os prejuízos que perduram até os dias atuais como reflexo das escolhas feitas por imposição aleatoriamente, pela família ou instituição de ensino.

A terceira parte traz as considerações a respeito dos resultados da pesquisa e da implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina.

Justifica-se a escolha desse tema como forma de entender como se processa a alfabetização e o letramento de pessoas surdas na rede regular de

ensino em turmas bilíngues. É essencial que se examine se na prática existem condições de aprendizagem da leitura e escrita de crianças surdas, além de condições para o desenvolvimento, se são oferecidos materiais e pessoas preparadas para trabalhar com este público que começa a despontar nas escolas públicas. A escola trabalha com a ideia que a escrita da língua portuguesa é uma escrita alfabética, onde há uma relação entre a fala e a escrita; uma correspondência; e no que se refere à educação dos surdos, não se tem ainda uma resposta.

OBJETIVOS

Para melhor compreensão do tema, os objetivos desta pesquisa vão ao encontro a questionamentos abordados na alfabetização e letramento de alunos surdos em três escolas do Estado de Santa Catarina, onde foi implementado o Bilinguismo.

Objetivo Geral:

- Analisar como ocorre a alfabetização e letramento de alunos surdos na rede regular de ensino em Escolas Bilíngues.

Objetivos Específicos:

- Identificar na literatura científica como se dá o processo de alfabetização e letramento de alunos surdos;
- Analisar os fundamentos teóricos e sua influência para o atual modelo de educação bilíngue ofertado em Santa Catarina.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Demo (1996), a pesquisa é uma atividade cotidiana considerando-a como uma atitude, um “[...] questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Gil (1999), entende que a pesquisa tem

um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. O “objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Será utilizado o método de pesquisa bibliográfica que para Lakatos (1992), é

“[...] a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica” (LAKATOS, 1992, p. 44).

Para tanto, será utilizado o documento de Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina, como base para a pesquisa bibliográfica que aborda o tema Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue: Um desafio para a política de educação de surdos no estado de Santa Catarina.

Veremos a seguir como começou a educação dos surdos no Brasil e em Santa Catarina.

1 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Como informa Honora (2009), no Brasil a educação dos surdos teve seu início com o francês Hnest Huet, que já tinha sido aluno do Instituto de Paris, e trouxe para o Brasil o alfabeto manual e documentos sobre a educação de surdos na França, o que deu origem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Até então não existiam escolas próprias para surdos no Brasil.

Para Mattos (2006), a criação do Imperial Instituto dos Surdos Mudos, em 1856, surgiu a partir do Projeto Saquarema¹ que visava a implementação da instrução pública na Corte. Em documentos do Instituto sobre a condição de trabalho, há passagens em que os surdos deveriam ser ensinados para trabalhos manuais para serem aproveitados numa atividade produtiva. Essas aulas tinham o propósito de desenvolvimento profissional e para completarem uma função econômica na coletividade.

Nesta época, para o autor, a preocupação maior em educar o surdo tinha como função principal formar a mão de obra fazendo deles pessoas úteis para a sociedade, treinando-os para o trabalho, já que a maioria eram filhos de pais pobres. Numa tentativa de incluí-los na sociedade e como diz o autor: “pacíficos e civilizados”, o que nos leva a entender que até então, eles eram vistos como não civilizados e de difícil convivência em sociedade.

Nas palavras de Skiliar (1998), encontramos duas vertentes que marcaram a educação dos surdos no Brasil, a clínica e a religiosa.

Atualmente, sabemos que a medicina, faz uso de pesquisas científicas e vem provando todos os casos de surdez desde os congênitos como os adquiridos por meio de fatores genéticos ou fatores ambientais e trazem dentro da medicina a explicação para a surdez e afasta do senso comum o que a levava para o lado religioso.

Como informa Lima e Vieira (2006, p. 55), [...] a criança surda congênita, quando bebê, emite os mesmos sons que as crianças ouvintes. Porém, como não escuta os próprios gorjeios, eles se extinguem. Desta forma, entendemos que quando os surdos nasciam não tinham como ser identificados como deficientes pelo fato de balbuciarem da mesma forma que os ouvintes, por isso

¹ Projeto Saquarema: Os conservadores ficaram conhecidos como Saquarema devido ao seu mais notório líder o Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres, 1802-1872) possuir propriedades agrícolas na cidade de Saquarema na Província do Rio de Janeiro (MATTOS, 2006, p. 74).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UM DESAFIO PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Marta de Mello Vanderlei Locks

quando se percebia que eles eram surdos, já tinham alcançado uma idade onde o sacrifício e o abandono não seriam mais aceitos.

Para Soares (1999), os fatos que levaram os médicos a se interessarem em estudar a surdez se dava pelo motivo de que na época a medicina estava passando por uma revolução científica, mas especificamente na anatomia e, por isso, se dedicaram ao estudo da fala dos surdos. Para tanto, surgiu à necessidade de se criar uma escola voltada para ensinar este público.

Ainda para a autora, a caridade na educação “[...] esteve sempre associada ao direito da liberdade e da igualdade, enquanto a dos surdos, à caridade que não é obtida através de luta, mas de apelo, pois é necessário ressaltar o infortúnio para adquirir a benevolência”. Naquela época os surdos não eram tidos como excluídos, porém não tinham acesso à educação, eles só recebiam assistência e cuidados.

1.1 EDUCAÇÃO DE SURDOS EM SANTA CATARINA

No documento “Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina” (2011), encontramos algumas pistas de como se deu o processo de inclusão das crianças surdas e a trajetória que culminou na inauguração da instituição denominada Fundação Catarinense de Educação Especial- FCEE.

Continuando pelos caminhos da História encontramos que o Governo Federal adotou campanhas na educação das pessoas com deficiência. A primeira foi intitulada Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957, o que trouxe muitos benefícios e tornou visível a importância de se praticar uma educação voltada para os surdos.

E, em 1963, por intermédio do Decreto nº 692, o Governo do Estado de Santa Catarina decidiu começar os serviços de Educação Especial em conjunto

com a iniciativa privada, hoje organizações não governamentais, onde o Estado ofereceria a provisão dos serviços e os profissionais envolvidos no processo.

Para tanto, foi criada uma instituição que definisse as Diretrizes da Educação Especial em domínio estadual,

A expansão dos serviços de educação especial em Santa Catarina veio exigir a criação de uma instituição pública que tivesse como propósito definir as diretrizes da educação especial em âmbito estadual, promovesse a capacitação de recursos humanos e a realização de estudos e pesquisas ligadas à prevenção, assistência e integração da pessoa com deficiência. Com esses objetivos, foi criada, em 6 de maio de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, objeto da Lei nº 4.156, regulamentada pelo Decreto nº 7.443, de 2 de dezembro do mesmo ano (SANTA CATARINA, 2001).

O Conselho Estadual de Educação, através da Resolução nº 06/84, implantou normas para a educação especial prevendo a ampliação das classes especiais na rede regular de ensino para atender os alunos, avaliando as melhoras que iriam ter com esse acolhimento. Desta forma, a “Política de Integração da Pessoa com Deficiência”, organizou os espaços multimeios para receber o educando com deficiência sensorial.

No ano de 1999, o Estado de Santa Catarina elaborou o documento “Política de Educação Inclusiva”, baseado nos princípios constitucionais da cidadania, democracia e na participação social com o objetivo de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade a todos, referendado pela “Carta de Pirenópolis”, cujo compromisso é a efetivação de uma política de educação inclusiva. Este documento estabelece metas e ações prioritárias, com respectivas estratégias de operacionalização, incluindo articulação com órgãos legislativos, judiciários e Ministério Público com vistas à supervisão e controle no cumprimento da legislação vigente.

Com a finalidade de concretizar a política de educação inclusiva, o MEC/SEESP implantou, em 2004, o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, tendo “[...] por objetivo compartilhar novos conceitos, informações

e metodologias – no âmbito da gestão e também da relação pedagógica em todos os estados brasileiros” (BRASIL, 2004b).

Neste mesmo ano, a Procuradoria Federal de Defesa dos Direitos do Cidadão publica o documento “O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular” fazendo uma nova discussão sobre as diretrizes da LDBEN, reforçando o princípio de que o acesso à escola é direito de todas as crianças e adolescentes e que a escola não pode ser identificada por escola especial.

Desta forma, o Estado de Santa Catarina, no ano de 2005, através da SED e FCEE, com base nos fundamentos legais, instituiu o documento que define a Política de Educação Especial tendo como base a cidadania e a dignidade da pessoa humana conforme determina a Constituição Estadual de 1989, através da Resolução nº. 112. Começa, assim, uma nova etapa na educação dos surdos em Santa Catarina que agora com respaldo em lei ressurgem com direitos e deveres como todo e qualquer cidadão.

Como veremos a seguir, os surdos conquistaram outros direitos a partir das lutas realizadas nas comunidades surdas.

1.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DE S. CATARINA

Antes de começarmos a ponderar sobre a Educação dos Surdos em nosso Estado traremos uma fala de Sá (1999), que aborda o tema sobre a história de surdos como um fato narrado por ouvintes.

[...] Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram descobertos pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem „educados e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (SÁ 1999, p.3).

Em busca de respostas e a fim de esclarecer a educação deste público o Estado de Santa Catarina, em parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial e com a comunidade surda, propôs uma política que garantisse a educação, pela oferta do ensino em Libras nas escolas, com professores intérpretes, professores bilíngues e instrutores de Libras, tornando acessível a Libras e o Português escrito, tanto para os surdos como para toda a comunidade que tivesse envolvimento ou necessidade e interesse em aprender, dando assim, início a uma nova história no contexto dos indivíduos surdos.

Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 07 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, o que resultou na Declaração de Salamanca², são destacadas algumas ações que tentaram distinguir as diferenças, principalmente na educação de surdos. Mas, ainda assim, a língua só é citada nos documentos por recomendações, mas não de admissão e viabilização de um ensino na língua de sinais.

Assim, como mencionado por Souza e Góes (1999), o Plano Nacional de Educação Especial de 1994 afirma o direito de uso da língua de sinais pelo surdo, mas apenas “recomenda” a utilização desta língua pelos professores e familiares

Linha de Ação da Declaração no capítulo II, artigo 21, diz que os alunos surdos devem ter um atendimento específico: 21. As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem dos sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns (SALAMANCA, 1994).

²Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca. A Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Com base nesta Declaração, entendemos que a cultura surda tem características exclusivas, ela é visual. A forma de organizar o pensamento e a língua é distinta das formas ouvintes. Na Declaração, é destacada a importância da Língua de Sinais como meio de comunicação para os surdos, e a garantia a todos os surdos no ingresso ao ensino da língua dos sinais de seu país.

Neste contexto, a educação de surdos em Santa Catarina toma rumos com propósitos específicos, buscando políticas públicas que abarquem a causa e propiciem a inclusão. A FCEE, junto com a Secretaria de Educação e Inovação de Santa Catarina (SEI) e a UFSC, criam uma proposta de Política de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina, destinada a educação de surdos para tornar a escola um ambiente de ingresso e permanência destes alunos. O documento é orientado pelo tema da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e pela importância da interação com os pares surdos na educação regular. A partir deste momento, a LIBRAS é adotada como a língua principal e a Língua Portuguesa passa a ser a segunda língua.

No documento foram apresentados os profissionais que devem atuar na educação dos alunos surdos, o acompanhamento da equipe técnica da área da surdez, prevalecendo à análise inicial e judicial do papel pedagógico da população atendida. No ano de 2004, foram feitas convocações de emergência a professores bilíngues, professores intérpretes de língua de sinais e professores surdos.

Para tanto, a FCEE e a SEI elaboraram a capacitação dos profissionais, para atuarem com esse público. Porém, faltam professores bilíngues, professores surdos e intérpretes de língua de sinais que estejam prontos para atender às necessidades das escolas onde foi implementada a proposta. De acordo com o documento a formação continuada se dá de forma pontual, com cursos de curta duração que são poucos para apressar o processo que é longo.

O documento relata ainda que como a língua de sinais é a segunda língua para os professores e intérpretes os procedimentos nem sempre alcançam o esperado, o que pode refletir no aprendizado dos alunos, causando atrasos na obtenção da segunda língua e no progresso dos alunos surdos. Por orientações do documento, o profissional intérprete da língua de sinais deve atuar nas salas mistas, onde o aluno surdo está inserido a partir da 6º Ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, podendo ainda, se estender às classes de Educação de Jovens e Adultos.

A partir de 2009, é publicado o documento “Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina”, que é o resultado de uma pesquisa realizada no período de 2009 a 2010, com o propósito de analisar e implementar a política educacional na proposta bilíngue. O que veremos no próximo parágrafo.

2 IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O documento de “Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina” tem como finalidade reformular a Política de Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina. Garantindo o uso da língua de sinais priorizando a educação intercultural e bilíngue das comunidades surdas oferecendo a experiência visual e linguística do surdo no seu processo de aprendizagem, contribuindo para o fim das diferenças entre surdos e ouvintes e oportunizando ao aluno o acesso e a permanência no sistema de ensino.

Na Declaração dos Direitos Humanos (1954), encontramos que

[...] é um axioma afirmar que a língua materna - língua natural - constitui a forma ideal para ensinar a uma criança [...] Obrigar um grupo a utilizar

uma língua diferente da sua, mais do que assegurar a unidade nacional, contribui para que esse grupo, vítima de uma proibição, segregue-se cada vez mais da vida nacional [...] (UNESCO, 1954).

De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos, os alunos surdos têm o direito de ter acesso ao conhecimento utilizando sua própria língua, ou seja, a língua de sinais. Como encontramos em Quadros (2003), Miranda (2001), Perlin (2000), Wrigley (1996), a LÍBRAS é a língua usada pelos surdos e deve ser respeitada e priorizada no ambiente escolar onde as crianças surdas frequentam ou estão inseridas.

Na apresentação do documento de “Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina” encontramos alguns esclarecimentos a respeito do propósito da pesquisa realizada pela Fundação Catarinense de Educação Especial e a Secretária de Educação como veremos abaixo:

[...] A pesquisa, Implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina é resultado do trabalho em equipe dos profissionais da Fundação Catarinense de Educação Especial, do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez, que visa subsidiar as ações voltadas para um público-alvo da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina. É uma pesquisa desenvolvida por técnicos que atuam diretamente nesta área, sendo o seu valor ainda mais expressivo exatamente porque foi criada por quem conhece, vive e cuida das pessoas em primeiro lugar (SANTA CATARINA, 2011).

O documento está disponível no *site* da Fundação Catarinense e ainda no *site* da Secretária de Educação a fim de que os profissionais envolvidos, em um ambiente bilíngue, tenham acesso e possam fazer uso das informações.

O documento prioriza estabelecer uma educação Bilíngue de qualidade para os educandos surdos de Santa Catarina. Nesta perspectiva, foram escolhidas três escolas envolvidas na educação de Surdos, a EEB Marechal

Bormann em Chapecó, EEB Rui Barbosa em Joinville e a EEB Nossa Senhora da Conceição em São José.

O documento apresenta detalhes da estrutura física de cada escola e a quantidade de profissionais envolvidos e ainda as ações que foram implementadas a fim de favorecer a educação bilíngue que já estava sendo oferecida por essas escolas.

A Fundação Catarinense de Educação Especial, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação criaram *in loco* a pesquisa e a implementação de ações que favoreceriam a Educação Bilíngue nas Escolas que foram selecionadas a participar.

Esta ação deu origem ao documento que tinha como principais propostas mudanças em quatro áreas: criação das funções de professor bilíngue, instrutor e monitor de Língua Brasileira de Sinais e professor intérprete de LIBRAS/português/LIBRAS; formação continuada dos profissionais que ocupariam os novos cargos criados; criação de turmas bilíngues e salas de recursos nas assim denominadas escolas pólos; uma nova estrutura física dessas escolas, a fim de adaptar às turmas que seriam formadas e a atuação dos novos profissionais. Essas providências foram amparadas por um projeto de pesquisa/acompanhamento nos dois primeiros anos de fundação da nova política de educação de surdos no Estado.

2.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO BILINGUISMO NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

O documento, foi elaborado com a assessoria de Ronice Muller de Quadros como é apresentado.

A pesquisa teve seu início com a elaboração do projeto de pesquisa e assessoria de Ronice Muller de Quadros, em março de 2009. Depois de concluído, o projeto foi apresentado em maio do mesmo ano ao Corpo Diretivo da FCEE, sendo aprovado sem a necessidade de ajustes. No mesmo mês foi realizado um encontro com as três

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UM
DESAFIO PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Marta de Mello Vanderlei Locks

Gerências Regionais de Educação – GEREDs, tendo como participantes: Criciúma, Joinville e Grande Florianópolis. Estiveram presentes as Integradoras Regionais de Educação Especial e Diversidade e os Gerentes Regionais de Educação, sendo apresentado o projeto para aprovação. Nesse dia, todos aceitaram fazer parte da pesquisa, destacando a necessidade de uma intervenção técnica nos trabalhos desenvolvidos nas escolas. (Santa Catarina, 2011).

A implementação da pesquisa se fundamenta na modalidade de educação bilíngue, com a perspectiva de alfabetizar e letrar os alunos surdos a partir de sua língua a Libras.

Para Bakhtin (1992), a relação entre a língua e a vida é tão forte como que por meio dos enunciados concretos, a língua penetra na vida e vice-versa. Se ao significar nos significamos, isto é, sujeito e sentido configuram-se é nisso que consistem os processos de identificação.

De acordo com Souza (1998), mesmo os surdos oralizados passam a fazer uma leitura de mundo somente a partir do uso da língua de sinais e, antes disso, suas possibilidades de participar ativamente com e na comunidade ouvinte são bastante reduzidas.

No ambiente escolar, o Bilinguismo tem se mostrado satisfatório para o aprendizado dos alunos surdos, principalmente por lhes oferecer a liberdade de usar a língua materna em conjunto com outros surdos, na presença de um surdo já experiente, e participar de uma turma mista trocando conhecimentos e observando uma cultura que é dele também, porém de pouco acesso. O surdo assim se constitui bicultural³ no sentido de que faz parte de duas culturas.

Para Quadros e Schmiedt,

[...] o ensino de língua portuguesa, como segunda língua para surdos, baseia-se no fato de que esses são cidadãos brasileiros, têm o direito de utilizar e aprender esta língua oficial que é tão importante para o exercício de sua cidadania. O decreto 5.626 de 2005 assiná-la que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue, garantindo o acesso à

³Bicultural: que combina duas culturas distintas. Dicionário portugues.org/pt/bicultural
IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UM
DESAFIO PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
Marta de Mello Vanderlei Locks

educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua (QUADROS e SCHMIEDT, 2006, p.17).

Os autores trazem a questão da língua como essencial para que o surdo exerça sua cidadania, mas como já relatado anteriormente, o domínio da segunda língua para o surdo deve ser prioritariamente na forma escrita, já que ele não tem acesso à mesma de forma natural. A seguir abordaremos o Bilinguismo no documento de Implementação e Acompanhamento do Desenvolvimento da Educação Bilíngue no Estado de Santa Catarina, elaborado pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), e algumas de suas conclusões obtidas nas pesquisas que geraram o documento citado.

De acordo com o documento citado o objetivo do Bilinguismo é

[...] facilitar a aquisição de conceitos pelo aluno surdo; facilitar a assimilação de conteúdo do currículo básico; respeito à língua natural dos surdos e buscar uma educação que se preocupa com os indivíduos e não somente com os sistemas que precisam ser aprovados (SANTA CATARINA, 2011, p. 30).

Dentro do contexto educacional bilíngue de Santa Catarina, precisamos analisar o que significa no documento a palavra facilitar⁴. Temos alguns significados dentro da gramática Portuguesa, porém entendemos que o surdo precisa ser respeitado dentro da sua singularidade linguística, ou seja, a língua de acesso é visual, o que restringe alguns conceitos que para o ouvinte são de fácil entendimento, para o surdo pode não ter sentido.

Segundo Skiliar e Quadros (2003), educação bilíngue, que está se apresentando em algumas partes do Brasil, está pautada nas variedades existentes entre os surdos. Sendo assim, a educação bilíngue não é uma questão linguística. Ela garante o acesso e a permanência do aluno surdo na escola. São os movimentos surdos que estão estabelecendo e dando vez às

⁴ Facilitar - Verbo transitivo: tornar simples ou fácil; ajudar; auxiliar; pôr à disposição; proporcionar, - Verbo intransitivo: agir de forma descuidada, sem critério; confiar excessiva e imprudentemente.

escolas, o que é essencial na concretização de uma educação de surdos em um país que atualmente é monolíngue.

Ainda no documento Implementação do Bilinguismo em Santa Catarina (2011), encontramos que:

Segundo a publicação Orientações Curriculares e Preposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, da Secretaria de Orientação Técnica do Estado de São Paulo (2008, p. 27), ao citar Pereira e Nakasato, afirma que é importante que as crianças surdas estejam em contato com a Língua Brasileira de Sinais desde o mais cedo possível, possibilitando, assim, a aquisição de uma língua, pois ela tem as mesmas funções que a língua portuguesa falada tem para os ouvintes. A Língua Brasileira de Sinais deve ser adquirida na interação com os adultos surdos que, ao usarem e interpretarem os movimentos e enunciados das crianças surdas as insira no funcionamento linguístico-discursivo dessa língua, que não deve ser apresentada como uma lista de vocábulos isolados, mas em atividades discursivas (SANTA CATARINA, 2011, p. 30).

A Educação Bilíngue em Santa Catarina deve atender os alunos surdos, priorizando a primeira Língua, LIBRAS, no contexto escolar, a fim de proporcionar um aprendizado que o insira no âmbito social e cultural da escola inclusiva. Portanto, o surdo torna-se bilíngue à medida que lhe é garantido o direito de acesso às duas línguas, utilizando ambas conforme o contexto comunicativo exigido.

3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS RESULTADOS DA PESQUISA E DA IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGÜE NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

A pesquisa que resultou no documento, teve a duração de dois anos e foi feita por meio de observações nas escolas selecionadas. O principal objetivo era:

Implementar e acompanhar o desenvolvimento da educação bilíngüe no Estado de Santa Catarina, levantando dados referentes ao

oferecimento da educação bilíngüe nas escolas do Estado, atentando para as ações iniciadas, avaliando o atendimento dos alunos surdos no contexto da escola (SANTA CATARINA, 2011).

A partir de ações e parcerias foram criadas estratégias para o atendimento bilíngüe dentro das instituições que já atendiam esses educandos surdos e pode-se observar o desempenho dos alunos, os materiais utilizados e a formação dos profissionais que acompanhavam esses alunos. De acordo com o documento, foram realizados cursos de Libras que certificavam os participantes.

Uma das conclusões obtidas com a pesquisa e que deixa-nos preocupados é o fato dos profissionais envolvidos no projeto [...] não conheciam a proposta de educação bilíngüe para surdos e seu planejamento era voltado ao atendimento da grade curricular, em nenhuma escola havia paradas para estudo sobre esta proposta de ensino ou sobre avaliação, apontada como uma das dificuldades dos professores.

Orientações foram feitas para sanar os principais problemas identificados durante os dois anos, mas vale ressaltar que a Libras, como primeira língua da criança surda, ainda está em construção e o ensino Bilíngüe surgiu para fomentar a educação do surdo nesta língua em construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do documento Implementação e Acompanhamento do Bilinguismo em Santa Catarina, evidencia-se que, dentro de um contexto educacional, os sujeitos são todos diferentes, não por serem diagnosticados ou por serem de cores diferentes ou ainda por fazerem parte de um grupo de baixo poder aquisitivo, mas por suas particularidades que os tornam únicos. As pessoas que fazem parte desta narrativa encontram-se em constante luta pela

igualdade de direitos linguísticos, traçam caminhos por seus próprios méritos e buscam espaços que priorizem a língua que os torna participantes de um grupo dentro de outro grupo.

Demonstrando ao longo do tempo, como vimos com os diversos autores que foram citados nesta pesquisa, as dificuldades enfrentadas pelos surdos, após a segregação por falta de um canal de comunicação comum a todos, que os impedia de participar ativamente das decisões dos grupos sociais. Ainda, no escopo deste trabalho vimos que, depois de muitas lutas e formando comunidades surdas, eles adquiriram o direito a políticas públicas que se preocuparam com o ser social destes sujeitos. O documento que trouxe à tona problemas e barreiras que até então não tinham sido vistos é um norte para mudanças. Favorecendo a aprendizagem das crianças surdas que como cita Strobel (2008), “[...] os povos surdos unicamente querem uma escola onde lhes permitam a aprender e não fingir que sabem”.

As escolas, que foram participantes de forma voluntária para a implementação do bilinguismo e que anteriormente já foram alvo de outras pesquisas, demonstram com o seu corpo docente, a necessidade urgente de atender os seus alunos, oferecendo-lhes condições de letramento que os torne pessoas críticas e participativas em uma sociedade excludente.

É na prática social com seus pares, nas salas de aula com os alunos ouvintes, junto a adultos ouvintes que dominam a LIBRAS e ainda com seus professores, em todo o processo que estão inseridos, esses sujeitos criam suas identidades e se apoderam do ser surdo como condição e não como deficiência.

Fica em nossas mentes, a opinião que todo o esforço realizado pelos agentes deste processo devem ser levados em consideração, já que o sistema os impede de avançar e conquistar outros limites, cabe a toda sociedade, buscar respostas e transformá-las em ações, tentando não solucionar mas ampliar as oportunidades.

O que falta encontramos no documento de “Implementação do Bilinguismo em Santa Catarina” (2011), “[...] facilitar a aquisição de conceitos pelo aluno surdo; facilitar a assimilação de conteúdo do currículo básico; respeito à língua natural dos surdos e buscar uma educação que se preocupa com os indivíduos e não somente com os sistemas que precisam ser aprovados”. É uma das providências que devem ser tomadas pelos professores e pela escola que atuam com este público para proporcionar um aprendizado que não seja só funcional, mas que ofereça o letramento de mundo a partir de conceitos, que só poderão ser abstraídos com o uso social da LIBRAS e do Português.

Percebe-se que apesar das Políticas Públicas apontarem desde a Lei 10436/2002 que a LIBRAS é oficialmente a segunda língua do Brasil, nenhuma providência foi tomada para que a mesma seja inserida no currículo escolar, o que tornaria todas as escolas bilíngues.

Com a pesquisa entende-se que o Estado de Santa Catarina busca por uma igualdade de direitos, partindo da educação como base para todo cidadão.

Entendemos que não é o fato desses alunos serem surdos que vai determinar o seu fracasso escolar pelo contrário, é o sistema que precisa ser remodelado para atendê-los.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.



_____. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. V.1 Brasília, 2006.

CHOMSKY, N. Language and problems of knowledge. Cambridge, 1981.

_____, Noam, (1975) Reflexões sobre a linguagem, Edições 70, Lisboa.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção de conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. social.

GOLDFELD, Márcia. A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-Interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GREGORY, Richard. A natureza da inteligência, (organização de Jean Khalfa), Editora Unesp, 1995.

HONORA, Márcia; Frizanco, Mary L. Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KAUFMAN, Diana. A natureza da linguagem e sua aquisição. In: GEBER, Adele. Problemas de aprendizagem relacionados à linguagem: sua natureza e tratamento.

LACERDA, C. B. F. de; LODI, A. C. B. Ensino-aprendizagem do português como segunda língua: um desafio a ser enfrentado. In: LODI, A. C. B. e LACERDA, C. B. F. de Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009, p. 143-160.



LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 4ed-São Paulo: Revista Ampliada. Atlas, 1992.

LIMA, Priscila Augusta; VIEIRA, Therezinha. Surdos: a(s) linguagem(ns) como sistemas de representação e organização mental. São Paulo: Avercamp, 2006.

UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.

MARTINEZ, M.A. "Função auditiva e paralisia cerebral", in S. Limongi, Paralisia cerebral: processo terapêutico em linguagem e cognição: pontos de vista e abrangência. Carapicuíba (SP), Pró-Fono, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Nogueira; N. R. (2006). Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências . São Paulo, SP: Ed. Érica.

MIRANDA, Wilson. Comunidade dos Surdos: olhares sobre os contatos culturais. Dissertação de Mestrado – UFRG/FACED – Porto Alegre, 2001.

PERLIN, G. Identidade surda e currículo. In: LACERDA, C.B.F.; GÓES, M.C.R. (Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

QUADROS, R.M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. R.M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 5, p. 81-112, 2003.



_____, R. M. de e SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

RIBEIRO, A. M. Curso de Formação Profissional em Educação Infantil. Rio de Janeiro: EPSJV / Creche Fiocruz, 2005

SANTA CATARINA (Estado). Portaria E/19, de 04 de maio de 2004. Dispõe sobre a implementação da Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina em unidades escolares da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina. Disponível em: <www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/legislação/portaria_regulamentação-lei_libras_sc.pdf> Aces em: 20 de jul 2018.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina: - São José: FCEE, 2006.

SAUSSURE, F. Curso de Lingüística Geral. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e IzidoroBlikstein. São Paulo: Cultrix, 1995. Tradução de Sandra Costa. Porto alegre: Artes Médicas, 1996.

SKINNER, B. F. Verbal behavior. New York: Appleton, Century, Crofts, 1957.

SKLIAR, C. (Org). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, Magda A.L. A educação do surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOUZA, R. M. Que palavra te falta? Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOUZA, R.M. e GÓES, M.C.R. (1999). O ensino de surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. Em C. SKLIAR (Org.) Atualidades da educação bilíngüe para surdos, V.1. Porto Alegre: Mediação.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

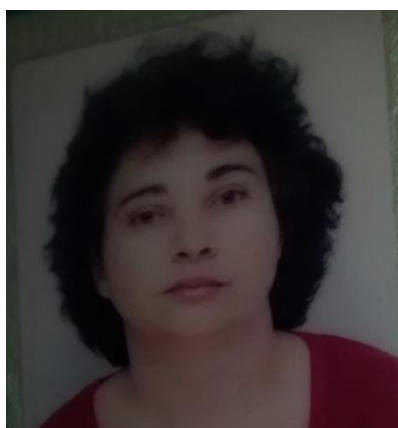
VYGOSTSKY, L.S. Fundamentos de defectologia. Havana: Pueblo y Educación, 1989a. _____, L. S. A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____, L. S. (1994). The problem of the environment. In: R. van der Veer & J. Valsiner (Eds.). The Vygotsky Reader (pp. p. 338-354) Cambridge, M. A.: Backweel.

WRIGLEY, Oliver. Políticas da Surdez, Washington: Gallaudet University Press, 1996.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA:

MARTA DE MELLO VANDERLEI LOCKS



Pedagoga e Psicopedagoga formada pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) em Santa Catarina e especialista em Libras pela Universidade Leonardo da Vinci UNIASSELVI, Técnica em Material Didático Bilíngüe, Intérprete de Língua de Sinais e Professora de Português como segunda língua.

E-mail: mellolocks@gmail.com